



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF JOSÉ PAULO BACCHINI MUNIZ

PROGRAMA DE INSTRUÇÃO MILITAR:

SUA REFORMULAÇÃO E A NECESSIDADE DA INSERÇÃO DE UM BLOCO DE INSTRUÇÃO DE COMBATE EM AMBIENTE URBANO, FACE A REALIDADE DOS CONFLITOS MODERNOS, SERVINDO DE BASE PARA O BLOCO DE INSTRUÇÃO DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO).

**Rio de Janeiro
2017**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF JOSÉ PAULO BACCHINI MUNIZ

PROGRAMA DE INSTRUÇÃO MILITAR:

SUA REFORMULAÇÃO E A NECESSIDADE DA INSERÇÃO DE UM BLOCO DE INSTRUÇÃO DE COMBATE EM AMBIENTE URBANO, FACE A REALIDADE DOS CONFLITOS MODERNOS, SERVINDO DE BASE PARA O BLOCO DE INSTRUÇÃO DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO).

Trabalho acadêmico apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito para a especialização
em Ciências Militares com ênfase em
Gestão Organizacional

**Rio de Janeiro
2017**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **CAP INF JOSÉ PAULO BACCHINI MUNIZ**

Título: **PROGRAMA DE INSTRUÇÃO MILITAR: SUA REFORMULAÇÃO E A NECESSIDADE DA INSERÇÃO DE UM BLOCO DE INSTRUÇÃO DE COMBATE EM AMBIENTE URBANO, FACE A REALIDADE DOS CONFLITOS MODERNOS, SERVINDO DE BASE PARA O BLOCO DE INSTRUÇÃO DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO).**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO:

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
ANTÔNIO HERVÊ BRAGA JUNIOR - TC Cmt Curso e Presidente da Comissão	
CARLOS ALBERTO NEIVA BARCELLOS FILHO - Cap 1º Membro e Orientador	
RICARDO SARTORI PORTUGUES DE SOUSA - Cap 2º Membro	

JOSÉ PAULO BACCHINI MUNIZ – Cap
Aluno

PROGRAMA DE INSTRUÇÃO MILITAR:
(SUA REFORMULAÇÃO E A INSERÇÃO DE UM BLOCO DE INSTRUÇÃO DE
COMBATE EM AMBIENTE URBANO, FACE A REALIDADE DOS CONFLITOS
MODERNOS, SERVINDO DE BASE PARA O BLOCO DE INSTRUÇÃO DE
GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO), REALIDADE DE APLICAÇÃO LATENTE
DO EXÉRCITO BRASILEIRO NOS DIAS ATUAIS)

José Paulo Bacchini Muniz *
Carlos Alberto Neiva Barcellos Filho **

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma visão crítica da preparação do combatente básico do EB para o emprego em sua missão precípua de Defesa, destacando de forma sumária a realidade dos conflitos contemporâneos, onde se predomina como ambiente operacional as áreas urbanizadas. Neste contexto busca-se compreender a importância das instruções de Cmb Amb Urb para o combatente básico, verificando-se a sua existência nas documentações de instrução e a viabilidade destas instruções. Destaca-se também a realidade interna do Brasil, onde de forma recorrente o EB é empregado na Segurança Interna, em Operações de GLO e como é feita a sua preparação, analisando sua proximidade do o Cmb Amb Urb. O trabalho, em síntese, busca mostrar a importância da base doutrinária de Cmb Amb Urb para o combatente atual, FACilitando sua preparação e atuação em missões de Segurança, caso haja a necessidade.

Palavras-chave: Combate urbano. Instrução. Combatente Básico. Defesa. Segurança. Garantia da Lei e da Ordem.

RESUMEM

El presente trabajo presenta una visión crítica de la preparación del combatiente básico del EB para el empleo en su misión preponderante de Defensa, destacando de forma sumaria la realidad de los conflictos contemporáneos, donde se predomina como ambiente operacional las áreas urbanizadas. En este contexto se busca comprender la importancia de las instrucciones de Cmb Amb Urb para el combatiente básico, verificándose su existencia en las documentaciones de instrucción y la viabilidad de estas instrucciones. Se destaca también la realidad interna de Brasil, donde de forma recurrente el EB es empleado en la Seguridad Interna, en Operaciones de GLO, y como se hace su preparación, analizando su proximidad al Cmb Amb Urb. El trabajo en síntesis busca mostrar la importancia de la base doctrinaria de Cmb Amb Urb para el combatiente actual, FACilitando su preparación y actuación en misiones de Seguridad, en caso de necesidad.

Palabras clave: Combate urbano. Instrucción. Combate Básico. Defensa. Seguridad. Garantía de la Ley y de la Orden.

* Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2007.

** Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2004. Pós-graduação em Ciências militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2013.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca confrontar a efetividade do Programa de Instrução Militar do Exército Brasileiro (EB) face aos conflitos da atualidade no cenário interno e externo. Para isso é importante entender o que ocorre no mundo, mesmo que de forma superficial, e as possibilidades de emprego do EB nos dias atuais.

Os conflitos vivenciados em ambiente urbano são uma preocupação antiga. Após a 2ª Guerra Mundial, os campos de batalhas perderam espaço para os povoados e cidades, que se formavam de forma acelerada e onde fatalmente as batalhas do futuro seriam disputadas, principalmente pelo valor estratégico de suas localizações. Tal percepção fica clarificada pela transcrição de um artigo do exemplar de outubro de 1977 da revista *Military Review*:

Os piores problemas surgem quando se imagina que um país por inteiro poderá tornar-se urbanizado de tal forma que as cidades se constituam nas principais características do terreno (cerca de 70% da população da Alemanha Ocidental vive atualmente em áreas urbanas), porque não é somente o número dos que moram em grandes subúrbios contínuos que torna as áreas urbanas importantes, mas sim o somatório de fatores entre os quais figuram a distribuição física de pequenas vilas, a localização das áreas construídas em relação às florestas e rios e o potencial para a utilização de terreno urbano como parte de um planejamento militar. (BRACKEN, 1977, p.70).

Verificando-se os últimos conflitos armados da atualidade entendemos que dificilmente teremos um Ambiente Operacional diferente do Urbano. Segundo o Manual de Operações (Brasil, 2014), Ambiente Operacional é caracterizado em três dimensões: física, humana e informacional, que se integram para formar o ambiente onde a tropa estará operando. Isso define a complexidade da atuação da tropa em um ambiente urbano, onde a dimensão física (terreno e condições meteorológicas) não é mais o fator preponderante no planejamento e execução das ações militares.

No cenário mundial vivemos duas grandes guerras que mudaram a concepção dos conflitos armados mundiais, dando ao mundo um novo contexto de guerra. Após a 2ª Guerra Mundial e o longo período de Guerra Fria, a desintegração de Estados socialistas – principalmente a União Soviética (URSS) e a Iugoslávia – faz renascer rivalidades étnicas e religiosas que haviam sido congeladas por regimes totalitários, dando lugar a conflitos internos motivados por grupos radicais extremistas, basicamente por motivação ideológica e religiosa.

Segundo Jessica Soares, em sua publicação na revista SUPERINTERESSANTE, 2012, os sete conflitos atuais, com motivação religiosa são os seguintes: Afeganistão (fundamentalistas radicais muçulmanos e não muçulmanos), Nigéria (cristãos e muçulmanos), Iraque (xiitas e sunitas), Israel (judeus e muçulmanos), Sudão (muçulmanos e não muçulmanos), Tailândia (budistas e muçulmanos) e Tibete (Partido Comunista da China e budistas).

No Brasil verificamos um cenário caótico de ineficiência dos Órgãos de Segurança Pública Nacional (OSPN) atrelado a uma Falta de política de segurança pública por parte do governo, acarretando um crescente e assustador índice de criminalidade por diversas partes do Brasil.

A situação é tão grave, que em uma reportagem o jornalista Henrique Coelho, G1 Rio, 2017, apresentou que mais de 3 mil policiais morreram de causas não naturais entre 1994 e 2016 no estado do Rio, entre policiais de folga e em serviço. O número foi um dos apresentados no Fórum de Policiais Mortos da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ), realizado na academia da Polícia Militar em Sulacap, na Zona Norte do Rio. O percentual de mortos é de 3,59% do efetivo empregado no período, maior do que as mortes americanas nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais. No mesmo período, em que passaram 90 mil PMRJ pela corporação, outros 14.452 foram feridos. O percentual de baixas da corporação no período, contabilizando mortos e feridos, chega a 19,65%.

Ao que pese o Brasil não ter declarado legalmente um conflito civil interno, podemos verificar que existe um problema grave em andamento, onde as Forças Armadas (FA) tem sido empregadas, por diversas vezes, de forma episódica e temporária, para FAzer frente à ineficiência, insuficiência ou inexistência dos OSPN em situações delimitadas, como prevê a Constituição Federal em seu Art 142. É importante ressaltar que o país vive uma situação de Normalidade Institucional, em que os conflitos aqui vivenciados são questões de instabilidade da Ordem Pública, apesar dos números serem bem expressivos.

No Brasil as Organizações Criminosas são compostas por grandes FAções que se articulam, em sua maioria, dentro de presídios e visam a disputa do território pelo poder e comércio de drogas.

Alberto Silva Franco (1995: p.37), define o crime organizado:

O crime organizado possui uma textura diversa: tem caráter transnacional na medida em que não respeita as fronteiras de cada país e apresenta características assemelhadas em várias nações; detém um imenso poder

com base numa estratégia global e numa estrutura organizativa que lhe permite aproveitar as fraquezas estruturais do sistema penal; provoca danosidade social de alto vulto; tem grande força de expansão, compreendendo uma gama de condutas infracionais sem vítimas difusas; dispõe de meios instrumentais de moderna tecnologia; apresenta um intrincado esquema de conexões com outros grupos delinqüências e uma rede subterrânea de ligações com os quadros oficiais da vida social, econômica e política da comunidade; origina atos de extrema violência; exibe um poder de corrupção de 15 Bandido, cangaceiro, trapaceiro; errante, sem ocupação; vadio. 31 difícil visibilidade; urde mil disFArces e simulações e, em resumo, é capaz de inerciar ou fragilizar os poderes do próprio Estado.

Para Garantir a Lei e a Ordem, as FA foram empregadas recentemente em diversas operações de Apoio a Órgãos Governamentais, nas quais, pela sua periculosidade e complexidade, se destacam a Operação Arcanjo, desenvolvida no Complexo da Pena e do Alemão no RJ, no período de dezembro de 2010 a junho de 2012, a Operação no Complexo da Maré em abril de 2014 e a Operação Capixaba no ES, em janeiro de 2017.

1.1 PROBLEMA

A Doutrina Militar reflete os costumes, valores e cultura de uma sociedade, estando fortemente associada ao ambiente físico que as operações militares poderão ser desencadeadas. Desta forma, podemos afirmar que a doutrina militar de um exército encontra-se em constante evolução, sofrendo adaptações, adequações e transformações à medida que a sociedade e o ambiente são alterados. Ainda existe o FAtor tecnológico, que a todo o momento sugere novos desafios às doutrinas militares existentes, mudando seus dados médios de planejamento e FAzendo com que a doutrina, novamente, se adeque.

Para FAzer frente a essa demanda de constante adequação da doutrina militar, o Exército Brasileiro, em 2010, criou o Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), diretamente subordinado ao Estado-Maior do Exército (EME) e, recentemente, em 2015, passou a subordinação direta do Comando de Operações Terrestre (COTER).

Nos últimos anos, o C Dout Ex vem desenvolvendo estudos e realizando publicações de atualizações doutrinárias que visam manter a Força Terrestre (FT) constantemente atualizada e preparada para as atuais possibilidades de emprego. Tais publicações tem ênFAse no cenário de emprego da FA multiFAcetado, onde o principal ambiente que se configura é o urbano. As operações a serem desenvolvidas neste contexto são denominadas como operações de amplo espectro,

onde a tropa deverá estar preparada para atuar com diversos amparos legais e com diversas possibilidades de emprego em um único Teatro de Operações (TO), onde o inimigo, criminoso e/ou Agente Perturbador da Ordem Pública (APOP), se apresenta permeado no meio da sociedade, tornando o combate moderno ainda mais complexo e legalmente delicado.

Em que pese a constante preocupação com a modernização da doutrina, o Programa-Padrão de Instrução Individual Básica (EB70-PP-11.011) e o Programa-Padrão de Instrução Individual Qualificação do Cabo e Soldado – Instrução de Garantia da Lei da Ordem e Instrução Comuns (EB70-PP-11.012) destinados a todos os Soldados (Sd) do Efetivo Variável (EV) na FASE comum de instrução, não contemplam instruções de Técnicas Táticas e Procedimentos (TTP) de combate em área urbana ou edificada. Atualmente os Sd EV travam contato com tais TTP apenas nas instruções de Garantia da Lei e Ordem (GLO), no entanto, dentro de um contexto legal de não guerra.

FACe ao exposto seria correto afirmar que existe uma lacuna deixada na instrução individual do soldado, a instrução individual de combate em ambiente urbano, dentro de um contexto de guerra? Sendo isso uma verdade, existe a necessidade de uma formação sólida e atualizada no contexto dos conflitos armados vivenciados na atualidade, Combate em Ambiente Urbano, sendo uma base para a formação e atuação do EB em operações de GLO?

1.2 OBJETIVOS

Sendo confirmados os questionamentos levantados neste trabalho e visando melhorar a efetividade das Instruções Militares desenvolvidas na formação do Sd do EB, bem como o seu preparo para os conflitos atuais, este tem como objetivo geral verificar a necessidade da inserção de um bloco de instrução de Combate em Ambiente Urbano, em FACe da realidade dos conflitos modernos, servindo de base fundamental para o bloco de instrução de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), já existente.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

a) Apresentar as semelhanças do combate em ambiente urbano em um contexto de guerra e não guerra;

b) Identificar, a partir da opinião de militares com experiência em instrução para Sd EV, as principais dificuldades encontradas ao se ministrar o bloco de instrução de GLO;

c) Identificar, por meio de estudo bibliográfico, a realidade dos conflitos modernos e a necessidade do bloco de instruções de combate em ambiente urbano na formação do soldado atual; e

d) Apresentar, a partir da opinião de militares que comandaram Sd EV em Operações de GLO, a percepção sobre a efetividade do bloco de instruções de GLO, previstas nos Programas Padrão de Instrução Individual.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

A natureza dos conflitos atuais e a complexidade do combate contemporâneo levaram o EB a preocupar-se com a constante atualização doutrinária, a fim de se adequar ao novo conceito de operações em amplo espectro.

Recentemente, presenciamos o emprego recorrente das FA em Operações de Apoio a Órgãos Governamentais, despertando uma necessidade latente dos efetivos da FA estarem prontos para serem empregados a qualquer momento. Assim sendo, cresceu de importância a efetividade das instruções ministradas aos soldados em sua formação, preparando-os para uma realidade presente e iminente.

Verificando os Programas de Instrução Individual percebe-se que não existem instruções de Defesa Externa, em Ambiente Urbano, sendo uma possível Falha na formação dos Sd EV, uma vez que quase todos os conflitos modernos se desenvolveram neste contexto.

Por outro lado verifica-se um bloco de instrução de GLO, operação esta que se assemelha em muito às operações de Combate em Ambiente Urbano, mas com um “guarda-chuva” jurídico muito diferente.

Dessa forma, deve-se destacar a importância da abordagem da doutrina de combate em ambiente urbano em situação de guerra, cenário vivenciado por vários exércitos do mundo, antes de passarmos a ministrar instruções de GLO.

2 METODOLOGIA

Para colher subsídios que permitissem formular uma possível solução para o problema, o delineamento desta pesquisa contemplou leitura analítica e fichamento das fontes, entrevistas com especialistas e questionários.

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizaram-se, principalmente, os conceitos de pesquisa **quantitativa**, pois as referências numéricas obtidas por meio dos questionários foram fundamentais para a compreensão das necessidades dos militares.

Quanto ao objetivo geral, foi empregada a modalidade **exploratória**, tendo em vista o pouco conhecimento disponível, notadamente escrito acerca do tema, o que exigiu uma FAmiliarização inicial, materializada pelas entrevistas exploratórias e seguida de questionário para uma amostra com vivência profissional relevante sobre o assunto.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Iniciamos o delineamento da pesquisa com a definição de termos e conceitos, a fim de viabilizar a solução do problema levantado, sendo esta baseada em uma revisão de literatura no período de dez/2010 aos dias atuais. Tal delimitação baseou-se nas atuações mais recentes das Forças Armadas (FA) em operações em ambiente urbano, com ênfase na Operação Arcanjo, desenvolvida no Complexo da Penha e do Alemão, e a Operação São Francisco, desenvolvida no Complexo da Maré, sendo de fundamental importância à compreensão deste período para o desenvolvimento do tema.

O limite anterior foi determinado almejando incluir as análises sobre o preparo e atuação da tropa na Operação Arcanjo, referência em operações em ambiente urbanizado executadas pelas FA, pelo período de execução e ensinamentos colhidos. Entretanto, os manuais de campanha do EB, o Programa de Instrução Militar e demais documentos que regulam as instruções no corpo de tropa parecem não terem sofrido grandes modificações que atendam as operações em ambiente urbano, vivenciadas pela instituição.

Foram utilizadas as palavras-chave soldado, instrução individual militar, combate, ambiente urbano, preparo, juntamente com seus correlatos em inglês e

espanhol, na base de dados RedeBIE, Pergamum, Lilacs, Scielo, em sítios eletrônicos de procura na internet, biblioteca de monografias da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), do CCOPAB e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), sendo selecionados apenas os artigos em português, inglês e espanhol. O sistema de busca foi complementado pela coleta manual dos manuais de campanha e documentações que regulam as instruções no corpo de tropa referentes ao tema, do EB, em períodos de publicação diversos.

Quanto ao tipo de operação militar, a revisão de literatura abrangeu as operações de guerra e não-guerra, com enfoque nas operações em ambiente urbano.

a. Critério de inclusão:

- Estudos publicados em português, espanhol ou inglês, relacionados à doutrina de combate em ambiente urbano, conflitos atuais em áreas urbanizadas e na doutrina militar terrestre atual e seu programa de instrução militar; e
- Estudos, matérias jornalísticas e trabalhos científicos sobre os conflitos atuais e as perspectivas para os do futuro.

b. Critério de exclusão:

- Estudos que abordam os conflitos modernos de formas isoladas e particulares; e
- Estudos cujo foco central sejam as causas e motivações dos conflitos e do emprego militar.

2.2 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados por meio do questionário.

2.2.1 Questionário

A amplitude do universo foi estimada a partir do efetivo de oficiais que exerceram a função de comandante ou de planejamento em Operações de Paz ou GLO no período analisado. O estudo foi limitado particularmente aos oficiais da arma de InFAntaria, oriundos da Academia Militar das Agulhas Negras, devido a sua formação mais completa e especialização para o comando das pequenas frações.

A amostra selecionada para responder aos questionários também foi restrita

a militares que exerceram a função de comandante ou de planejamento em Operações de Paz no Haiti e nas Operações de GLO, Arcanjo e São Francisco, pela necessidade da vivência real nestas operações como comandante de pequenas frações, além da percepção sobre a efetividade do programa de instrução militar do EB FAcE a realidade encontrada.

Dessa forma, utilizando-se os dados das operações vivenciadas no período em questão e realizando-se um levantamento estatístico do universo participante, chegou-se a população a ser estudada, estimada em 180 militares, conforme mostra o quadro a seguir.

Operação	Duração	Tropa empregada normalmente	Período do rodízio/ Nr de tropas	Qtde de Cmt SU	Qtde de S-3
de Paz no Haiti	7 anos	1 Btl Inf a 3 SU Inf	6 a 8 meses/14	3x14=4 2	14
Arcanjo	19 meses	1 Btl Inf a 3 SU Inf	1 a 2 meses/19	3x19=5 7	19
São Francisco	12 meses	1 Btl Inf a 3 SU Inf	1 a 2 meses/12	3x12=3 6	12
Total de Capitães empregados (estatística)				180	

Quadro 1 – Quadro estático de funções
Fonte: O autor

A fim de atingir uma maior confiabilidade das induções realizadas, buscou-se atingir uma amostra significativa, utilizando como parâmetros o nível de confiança igual a 90% e erro amostral de 10%. Nesse sentido, a amostra dimensionada como ideal (n_{ideal}) foi de 50.

A amostra foi selecionada no universo de oficiais da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), incluindo os capitães alunos de InFAntaria, por se tratar de um universo heterogêneo e não haver interferência de respostas em massa ou influenciada por episódios específicos. A sistemática de distribuição dos questionários ocorreu de forma direta (pessoalmente) para 50 militares que atendiam os requisitos. Entretanto, devido a diversos FAtores, somente 38 respostas foram obtidas (76% de n_{ideal} e 54% dos questionários enviados), não havendo necessidade de invalidar nenhuma por preenchimento incorreto ou incompleto.

A partir do n_{ideal} (50), depreende-se que o tamanho amostral obtido ($n=38$) foi inferior ao desejado para o tamanho populacional dos potenciais integrantes da amostra, no entanto não inviabiliza, tampouco reduz a relevância desta pesquisa, haja vista a especialização da amostra.

Foi realizado um pré-teste com 5 capitães-alunos da EsAO, que atendiam aos pré-requisitos para integrar a amostra proposta no estudo, com a finalidade de identificar possíveis falhas no instrumento de coleta de dados. Ao final do pré-teste, não foram observados erros que justificassem alterações no questionário e, portanto, seguiram-se os demais de forma idêntica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo dos conflitos contemporâneos mostra os centros urbanos como seus grandes palcos, onde a batalha é travada em meio ao povo, num cenário assimétrico, multifacetado, confuso e imprevisível.

No Brasil, oficialmente não vivemos nenhuma guerra declarada, mas nos últimos anos as FA vêm sendo empregadas frequentemente na estabilização da Segurança Pública, em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O amparo legal da sua atuação é a própria Constituição Federal do Brasil, mais precisamente em seu artigo 142, e em documentos oficiais daí derivados, como por exemplo, a Lei Complementar Nr 97, de 1999, e suas alterações (LC 117 e 136)², e a Política Nacional de Defesa (2012). Nestes mesmos amparos das Operações de GLO, pode-se apreender que as atividades de guerra são a finalidade maior das FA, na qual se pressupõe uma ameaça externa, isto é, uma ação contrária vinda de outro ator estatal, prioritariamente.

Assim, nos deparamos com duas possibilidades distintas de emprego das FA num cenário urbano, que são as Operações GLO, afins à Segurança Nacional e as Operações de Cmb Amb Urb, voltadas à Defesa Nacional. Mas é importante que saibamos definir a diferença entre Segurança e Defesa Nacional. A fim de apresentar o teor e a problemática que orbita em torno desses temas hoje, segue abaixo um questionamento feito pelo Embaixador José Antonio Bellina Acevedo, Diretor Geral de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa da República do Peru, em 2008, tentando sintetizar essa discussão:

[...] são segurança e defesa dois temas totalmente separados que não podem ser tratados simultaneamente? Uma resposta definitiva afirmaria que a segurança compete ao ambiente interno e, portanto, exclusivamente às forças policiais ou às forças de segurança e a defesa unicamente ao plano externo, e, por assim ser, faz-se da competência das forças armadas. (ACEVEDO, 2008, p. 103)

As Operações de GLO e de Cmb Amb Urb apesar de serem completamente diferentes em suas concepções, a começar por suas finalidades, onde a primeira

vocacionada a Segurança e a segunda a Defesa, apresentam várias semelhanças, das quais o ambiente operacional, predominantemente urbano, se sobressai, aproximando, em muito, a forma de atuação das tropas em ambas as operações.

Então podemos nos perguntar o que as tornam diferentes, visto que ocorrem no mesmo ambiente operacional e em ambas as operações as FA podem ser empregadas. Com base na definição de Walfredo Bento Ferreira Neto em seu artigo científico, DEFESA E SEGURANÇA; GUERRA E NÃO-GUERRA: CONCEITOS TEÓRICOS; REFLEXOS PRÁTICOS, podemos compreender os conceitos de Segurança e Defesa.

[...] Por fim, como conclusão acerca dos conceitos de Defesa e Segurança, tem-se por Segurança um conceito mais abrangente do que o de Defesa, envolvendo o “sentir-se seguro” em diversos níveis e em vários setores (segurança multidimensional). Nesse conceito, estão abrangidas tanto ameaças das diversas escalas – ligadas ao indivíduo, ao Estado e ao Sistema Internacional (este com alguns pontos comuns que o impõe certa ordem normativa) –, quanto dos setores político, militar, alimentar, energético, ambiental, econômico, cibernético, por exemplo. E, por Defesa, entende-se a Instituição Forças Armadas de um Estado e o seu emprego, prioritariamente, para garantia da Segurança Militar. Esse conceito trabalha com as hipóteses de guerra, em um ambiente anárquico, no qual imperam as relações de poder – e, portanto, de conflito. Assim, a Defesa constitui apenas uma das instituições estatais responsáveis pela Segurança, no caso a tipificada como Militar e, em alguns casos, Política. Por consequência, ao se tratar de grau de intensidade do uso de força, a instituição Defesa é considerada a ultima ratio do ser político estatal. (NETO, p. 15)

As pesquisas sobre os conflitos em ambiente urbano nos mostra que a grande diferença entre as Operações de GLO e Cmb Amb Urb ficam evidenciadas em seus amparos legais, que estão diretamente ligados a dois grandes conceitos que são Guerra e Não-Guerra, onde o estado de direito constitucional poderá ou não ser preservado, podendo no caso da Guerra, vir a ser substituído pelo que prescreve o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA).

Neste mesmo contexto, a Força Oponente recebe grandes distinções. No contexto de Guerra (Cmb Amb Urb), um agente externo, normalmente estatal, é denominado Inimigo. Já no contexto de Não-Guerra (GLO) esse agente é interno e o denominamos de Agente Perturbador da Ordem Pública (APOP).

Com base nestas duas grandes diferenças, Amparo Legal e Força Oponente, é que distinguimos as duas operações, delineando a forma de emprego das FA, que sofrem grandes distinções no emprego de suas capacidades bélicas e humanas.

Nas Operações de GLO as FA mantêm agindo conforme o previsto na Constituição Federal, assim sendo, compreende-se no que diz a Constituição em seu artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (BRASIL, 1988).

Apesar das grandes distinções que definem ambas as operações, percebemos grandes semelhanças nas suas Técnicas Táticas e Procedimentos (TTP), por se tratarem de operações desenvolvidas em ambientes muito semelhantes.

Em algumas Operações de GLO a dificuldade de se desenvolver as operações é de tamanha complexidade que exige um enorme desprendimento e preparo da tropa, e se dá devido à grande limitação jurídica das FA neste tipo de operação e à crescente sofisticação das TTP, capacidade bélica dos APOP.

Com base em tudo apresentado até o momento, entendemos que a Constituição Federal destina funções às Forças Armadas atinentes à segurança externa do Estado em defesa da Pátria e, à garantia da lei e da ordem. Nesse sentido, Ferreira Filho (2002, p. 236) argumenta que às Forças Armadas se destina em primeiro lugar a garantir a segurança externa do Estado. Essa é a sua finalidade precípua, a razão por que em suas mãos se concentram armas e artifícios cujo emprego só se justifica contra quem possa contar semelhante. Neste raciocínio, podemos presumir que o EB baseia seu preparo e emprego em prol da segurança externa do Estado em defesa da Pátria, e no caso estudado, voltando seu preparo e emprego para o Cmb Amb Urb. Mas não é o que concluímos ao analisarmos os manuais e programas de instrução do EB. Nestes percebemos que entre as duas operações analisadas, as Operações de GLO são contempladas de forma superficial na formação dos Cabos e Soldados e que as Operações de Cmb Amb Urb não são contempladas em nenhum momento. Durante as pesquisas foram levantados dados sobre as instruções ministradas aos Soldados do Efetivo Variável. As tabelas a seguir apresentam o resultado obtido:

TABELA 1 - Opinião absoluta e percentual do total da amostra acerca do conhecimento militar de Combate em Ambiente Urbano (Cmb Amb Urb) dos Sd EV ao iniciar o módulo de instruções de GLO, existente no Programa Padrão de Qualificação (PPQ) em GLO e

Instrução Comum (EB70-PP-11.012).

Questões	Grupo	Amostra	
		Valor absoluto	Percentual
Possuía		9	23,7%
Não possuía		29	76,3%
TOTAL		38	100,0%

Fonte: O autor

A percepção da amostra, de maneira geral, é que o Sd EV inicia as instruções de GLO sem possuir nenhum conhecimento sobre TTP de Cmb em Amb Urb (76,3%).

TABELA 2 - Opinião absoluta e percentual do total da amostra acerca da existência de algum assunto de Técnicas, Táticas ou Procedimentos (TTP) de Combate em Ambiente Urbano nas diversas documentações, das quais se destacam os Programas Padrão (PP) que definem os objetivos a serem atingidos pelos diversos grupamentos de instrução.

Questões	Grupo	Amostra	
		Valor absoluto	Percentual
Existe		18	47,4%
Não existe		20	52,6%
TOTAL		38	100,0%

Fonte: O autor

A percepção da amostra, neste caso, é muito semelhante, o que nos leva a crer que ainda existe uma confusão muito grande em se diferenciar as duas operações e reafirma a semelhança existem entre elas.

A partir deste resultado, observa-se uma incoerência em relação ao preparo dos Sd EV do EB no que tange a sua destinação precípua, onde seria mais coerente a existência de instruções de Cmb Amb Urb como base da formação do Sd EV, em face da evolução dos conflitos contemporâneos e as necessidades iminentes de emprego do nosso país nas Operações de GLO.

Outro item procurou verificar o conhecimento do Caderno de Instrução de Pelotão de Fuzileiro no Combate em Áreas Edificadas (CI 7-5/2), com a finalidade de percebermos a preocupação no nível tático com o assunto, uma vez que este foi o único manual tático encontrado que aborda o assunto.

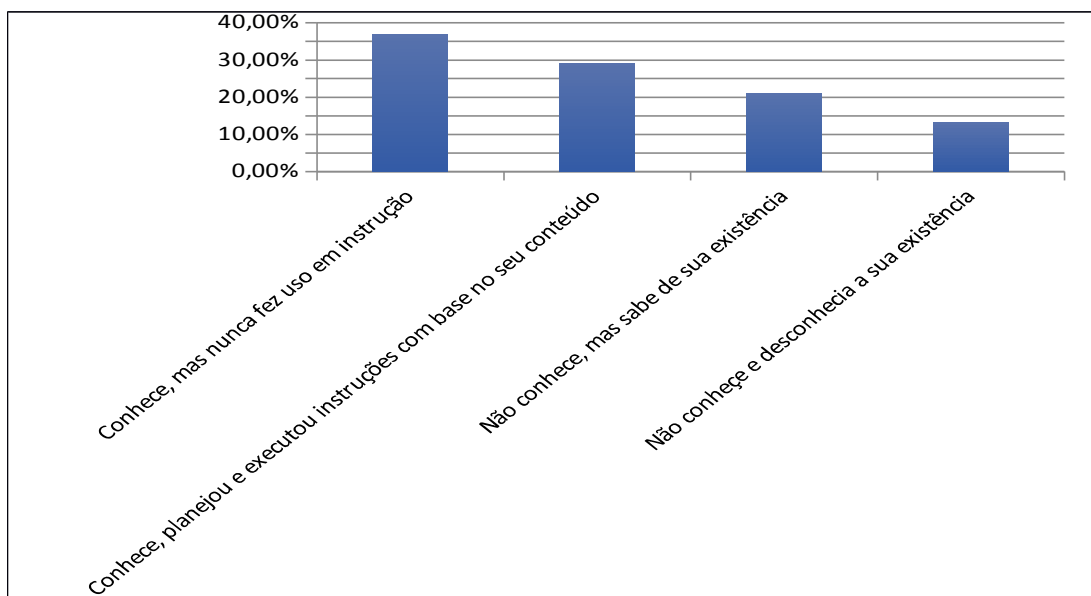


GRÁFICO 1 – Avaliação da amostra, em quantidade de respostas, sobre o conhecimento e uso do Caderno de Instrução de Pelotão de Fuzileiro no Combate em Áreas Edificadas (CI 7-5/2)

Fonte: O autor

Este resultado colabora com os dados apresentados nas tabelas 1 e 2, onde podemos perceber que a formação individual do combatente básico não contempla instruções de Cmb Amb Urb, visto que a principal fonte de consulta que o EB possui, no nível tático, acerca do assunto por muitos, ainda é desconhecida, sendo este número 34,3% da amostra verificada, e outros 36,8% conhecem, mas nunca fizeram uso em instruções, totalizando 71,1% da amostra.

Ao analisarmos as documentações que definem e norteiam as instruções âmbito EB, confirmamos o resultado obtido junto à amostra questionada, verificando-se uma ausência de instruções sobre as Operações de Cmb Amb Urb, particularmente nos Programa-Padrão de Instrução Individual Básica (EB70-PP-11.011) e no Programa-Padrão de Instrução Individual Qualificação do Cabo e Soldado – Instrução de Garantia da Lei da Ordem e Instrução Comuns (EB70-PP-11.012), que são usados para o planejamento das instruções de formação do Sd EV nos períodos da IIB e IIQ.

Constatando a ausência das instruções de Cmb Amb Urb nos Programas-Padrão de Instruções dos Sd EV, no contexto de Guerra, passamos a verificar se tais instruções seriam pertinentes ao contexto atual dos conflitos contemporâneos e se ainda, haveria relação direta das TTP desta operação com as Operações de GLO. Para elucidar tais questões apresentaremos a tabela e o gráfico a seguir:

TABELA 3 - Opinião absoluta e percentual do total da amostra acerca da necessidade do combatente básico, na FASE de Instrução Individual, receber instruções de TTP de Cmb Amb Urb.

Questões	Grupo	Amostra	
		Valor absoluto	Percentual
Existe a necessidade		33	86,8%
Não existe a necessidade		5	13,2%
TOTAL		38	100,0%

Fonte: O autor

Esta tabela mostra que a maioria absoluta de 86,8% da amostra verificada entende que existe a necessidade do combatente básico receber, em sua formação, as instruções de TTP de Cmb Amb Urb.

Os motivos que fizeram o universo questionado ter essa percepção, são fruto de suas experiências profissionais e sua visão do contexto atual. Fica evidenciado no gráfico a seguir que 73,7% entendem que o principal motivo de haver as instruções de Cmb Amb Urb é a realidade atual dos combates; e 57,9% indicam que o principal motivo é a semelhança das TTP empregadas no Cmb Amb Urb com as empregadas nas Op GLO e Paz, FAcilitando a qualificação em GLO e preparação das tropas para as missões de Paz.

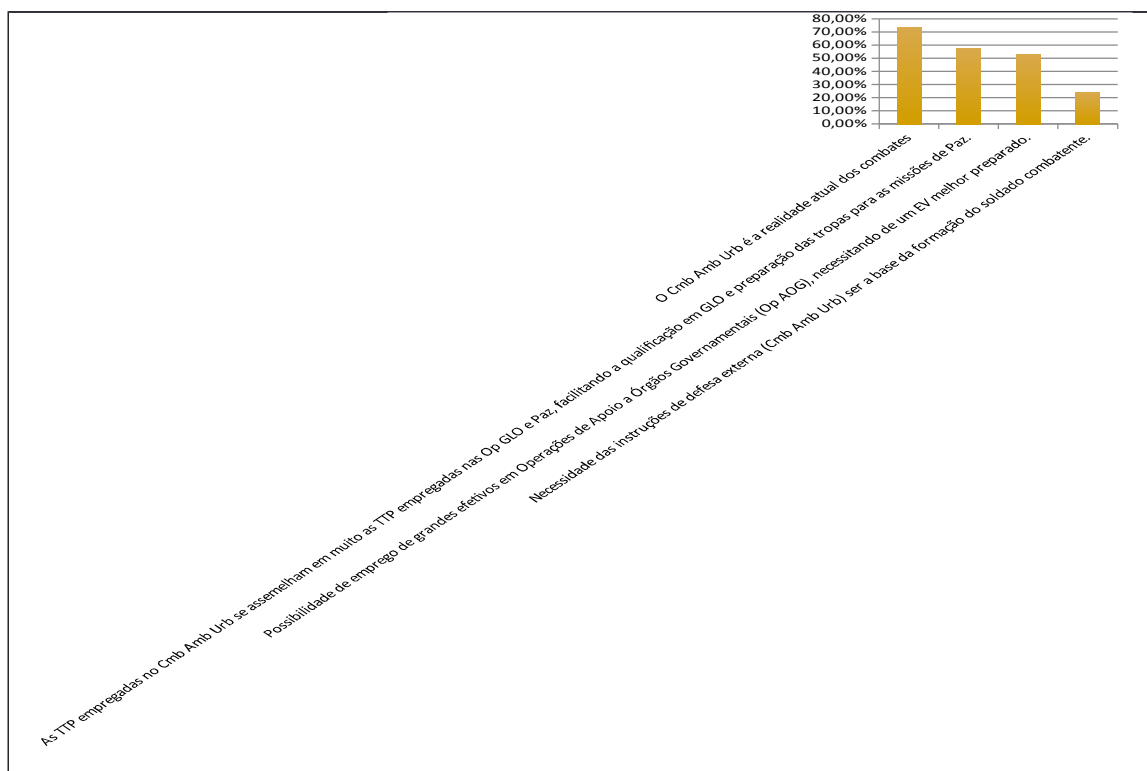


GRÁFICO 2 – Avaliação da amostra, em quantidade de respostas, sobre os motivo(s) pelo(s) qual(is) se julga que as instruções de TTP de Cmb Amb Urb deveriam ser ensinadas na FASE de instrução individual do EV

Fonte: O autor

Neste item, apresentado no gráfico 2, o militar podia responder mais de um motivo, por isso verificamos que a soma das opções apresentadas não se totaliza em 100%.

TABELA 4 - Opinião absoluta e percentual do total da amostra acerca da necessidade da reformulação da documentação de instrução de formação do soldado do EB, principalmente os PP, visando a inserção de instruções de TTP de Cmb Amb Urb, mesmo que em detrimento de outros assuntos

Questões	Grupo	Amostra	
		Valor absoluto	Percentual
Existe a necessidade		35	92,1%
Não existe a necessidade		3	7,9%
TOTAL		38	100,0%

Fonte: O autor

Na tabela 4 podemos confirmar a necessidade verificada pelos oficiais da nossa amostra, que de forma massiva, 92,1%, entendem que tal assunto deve ser contemplado na documentação de instrução do EB, principalmente nos PP, para melhor preparar os Sd EV para a FAse de instrução de GLO, no contexto de Não-Guerra, e para a realidade dos conflitos armados atuais, no contexto de Defesa Nacional, Guerra.

O gráfico a seguir apresenta os assuntos mais relevantes sobre a doutrina de Cmb Amb Urb, considerados pelos oficiais da amostra analisada que deveriam FAzer parte das instruções de Defesa na formação do combatente básico.

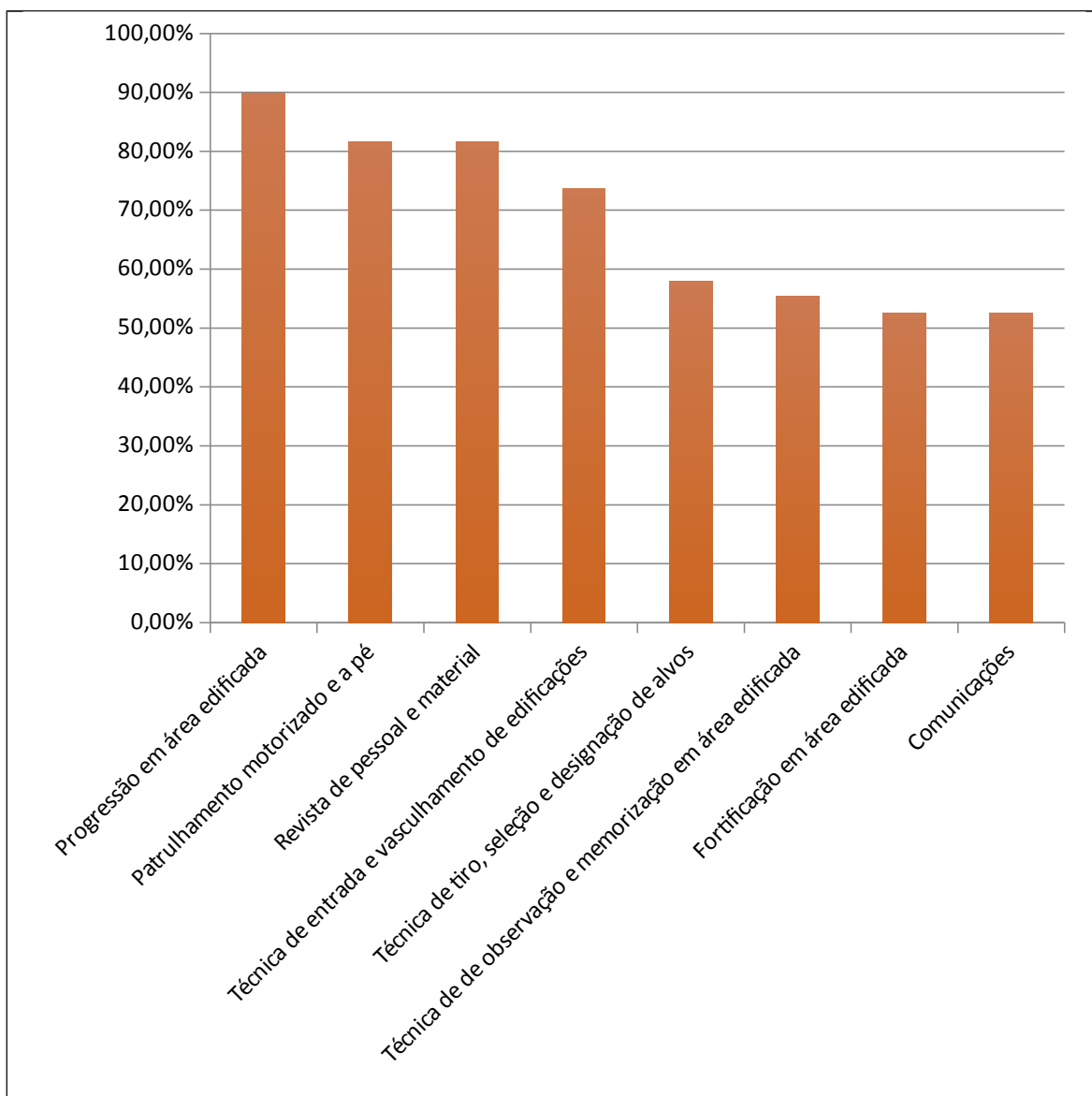


GRÁFICO 3 – Avaliação da amostra, em quantidade de respostas, sobre os assuntos que foram julgados indispensáveis para constar nos conteúdos da formação do Sd EV, visando o seu emprego em uma Op de Cmb Amb Urb

Fonte: O autor

Nas pesquisas bibliográficas realizadas nos manuais doutrinários do Exército dos EUA, percebemos a importância que é dada ao Cmb Amb Urb. A publicação OMEGA TRAINING GROUP, INC. 7ª edição (1999, EUA) é resultado do processo de análise das atuações das tropas americanas nos conflitos atuais, sendo um manual experimental sobre combate urbano para pelotão de InFAntaria como complemento ao manual FM 7-8 (INFANTRY RIFLE PLATOON AND SQUAD, 2001. EUA). Nele podemos perceber vários dos assuntos citados no Gráfico 3, colaborando para a relevância dos mesmos para a formação do combatente contemporâneo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às questões de estudo e objetivos propostos no início deste trabalho, conclui-se que a presente investigação atendeu ao pretendido, confirmando a lacuna deixada na instrução individual do soldado, no que se refere a instrução individual para o Cmb Amb Urb.

A revisão de literatura possibilitou concluir que há inexistência do referido assunto nos PP e demais documentações de instruções do EB para formação do combatente básico. Também possibilitou confirmar a tendência mundial dos conflitos contemporâneos se desenvolverem nas áreas urbanas.

Dessa forma, entende-se que a realidade dos conflitos atuais demanda uma adequação inevitável da doutrina militar terrestre, e, em consequência, das documentações que norteiam a preparação dos recursos humanos do EB. Embora acredite-se que o Brasil vive uma estabilidade constitucional, sem nenhuma ameaça iminente a soberania nacional, vivemos uma grande instabilidade da ordem pública, com estatísticas altíssimas de mortalidade, que se assemelha a uma guerra, que requisitam das FA sua presença em inúmeros episódios de insuficiência dos Órgãos de Segurança Públicos, exigindo que estejam preparadas para atuarem em Operações de GLO.

A compilação de dados e a pesquisa bibliográfica permitiu identificar que, as Operações de Cmb Amb Urb e GLO possuem grandes semelhanças, principalmente no nível tático, mostrando que as TTP usadas são muito semelhantes devido ao ambiente operacional em que ambas as operações se desenvolvem.

As pesquisas mostram que os oficiais da amostra entendem que os conhecimentos de TTP de Cmb Amb Urb, dentro do contexto de Defesa, são basilares e precípuos as FA, sendo as instruções de GLO instruções complementares e específicas para uma atuação episódica das FA na Segurança Nacional. Com base nesta conclusão entendemos que a mudança e adequação da documentação de instrução do EB devam ocorrer imediatamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a **Política de Defesa Nacional, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2005.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. **Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2008a.

_____. Exército. Estado-Maior. **C 95-1: Operações de Manutenção de Paz**. 2. ed. Brasília, DF, 1998.

_____. Exército. Estado-Maior. **C 85-1: Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. 2. ed. Brasília, DF, 2010.

_____. Exército. Estado-Maior. **CI 7-5/2: O Pelotão de Fuzileiro no Combate em Área Edificada**. 1. ed. Brasília, DF, 2006.

_____. Exército. Estado-Maior. **EB70-PP-11.011: Programa-Padrão de Instrução Individual Básica**. 1. ed. Brasília, DF, 2013.

_____. Exército. Estado-Maior. **EB70-PP-11.012: Programa-Padrão de Instrução Individual Qualificação do Cabo e Soldado – Instrução de Garantia da Lei da Ordem e Instrução Comuns**. 1. ed. Brasília, DF, 2013.

ESTADOS UNIDOS. Army. **3th InFAantry Mechanized Division. After Action Report Operation Iraqi Freedom**. Washington, D.C., 2003.

_____. Army. **FM 3-06: Urban Operations**. Washington, D. C., 2003.

_____. Army. **FM 3-06.11: Combined Arms Operations in Urban Terrain**. Washington, D. C., 2002.

_____. Army. **FM 7-8: INFANTRY RIFLE PLATOON AND SQUAD**. Washington, D. C., 2001.

_____. Army. **FM 90-10.1 An InFAntryman's Guide to Combat in Built-up**. Washington, D.C., 1993.

_____. Army. **OMEGA TRAINING GROUP, INC**. Washington, 7ª ed, EUA, 1999.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

MARCONI, M. A. ; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, E. B.; DOMINGUES, C. A. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro – Centro de Estudos de Pessoal, 2007.

ANEXO I – SOLUÇÃO PRÁTICA

Com base no trabalho desenvolvido confirmou-se a necessidade da inserção do assunto Cmb Amb Urb como pressuposto básico da instrução militar nos dias atuais, podendo servir de base para as instruções de GLO. Diante desta verdade constatada, e priorizando o nível tático da instrução militar (TTP) e a formação do combatente básico (Sd EV), venho apresentar uma sugestão de adequação do Programa-Padrão de Instrução Individual Básica (EB70-PP-11.011) e o Programa-Padrão de Instrução Individual Qualificação do Cabo e Soldado – Instrução de Garantia da Lei e da Ordem e Instrução Comuns (EB70-PP-11.012).

No EB70-PP-11.011 a proposta seria a inserção de TTP básicas do Cmb Amb Urb, juntamente com as matérias fundamentais já ministradas. Sendo assim, o trabalho levantou alguns assuntos relevantes que deveriam fazer parte da formação básica do combatente dos dias atuais, as quais apresento na tabela a seguir.

Matéria existente no PP-11.011	Assunto sugerido a ser implementado
1. Armamento, munição e tiro	Técnica de tiro, seleção e designação de alvos
3. Camuflagem	Técnica de camuflagem em Amb Urb
4. Comunicações	Peculiaridades do Amb Urb
11. Fortificações	Fortificação em área edificada
20. Observação e Orientação	Técnica de observação e memorização em área edificada
24. Técnicas Especiais	Progressão em área edificada
	Patrulhamento motorizado e à pé
	Tiro embarcado em Vtr
	Técnica de entrada e vasculhamento de edificações
	Revista de pessoal e material
	Identificação de Dispositivos Explosivos Improvisados (IED)

No EB70-PP-11.012 a proposta seria reduzir a ênfase das TTP ministradas no módulo de GLO ministrado nas matérias 5 e 6, passando todos as TTP pertinentes ao contexto de Cmb Amb Urb (Guerra) para as matérias atinentes às instruções Guerra, construindo assim, uma base neste contexto ao combatente básico. Neste

PP a matéria de Não Guerra, a qual inclui a GLO, seria ministrada por último, complementando as TTP, já ministradas, e o conhecimento próprio ao contexto de Não Guerra.

Assim, espera-se que a formação do combatente básico tenha sua fundamentação na doutrina de Guerra e esteja vocacionado à Defesa do país, sobretudo sem deixar de lado a realidade que somos envolvidos atualmente, de conflitos internos com APOP, nos quais as FA vem sendo empregadas.